

Barrar os ataques do governo com GREVE GERAL na Educação

Governo ataca educação via precarização das condições de trabalho de professores e servidores

Nós, estudantes da Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC) acreditamos que um ataque aos profissionais na área de educação é um ataque direto à própria educação. Na verdade o Governo Dilma/PT ataca justamente precarizando os seus profissionais e as condições de trabalho. Portanto a mobilização dos trabalhadores da educação perante os ataques do Governo expõe que o que está em jogo é a educação brasileira, sua qualidade ou seu sucateamento.

O governo Dilma/PT já demonstrou, logo no início do mandato, a importância que dá à educação ao cortar 3,1 bilhão do setor. Não bastasse isso, mais um ataque está por vir: a

implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), que agrada em muito os interesses dos empresários.

O governo também tentou implementar duas Medidas Provisórias, as

- PL 1749. A MP 520 defende a privatização dos Hospitais Universitários (HUs) através da criação de uma empresa de capital misto para administrar os hospitais e a MP 525 pretende aumentar o número de professores substitutos de 10% para 20% nas Universidades Federais. Agudizando o processo de privatização na educação temos o Pronatec, que é uma extensão tecnicista do PROUNI, transferindo verba pública para instituições privadas por via de isenção fiscal. Privatização do sistema público, precarização do trabalho e desorganização sindical são as bases do neoliberalismo e ganham materialidade nas propostas de Dilma/PT para Educação brasileira.



Ato de professores da rede estadual de Santa Catarina - 62 dias em GREVE

MP 520 e 525; a primeira, apesar de já revogada, é reeditada agora para ser aplicada em formato de Projeto de Lei

De FHC à Dilma: privatização para atender aos interesses do capital

Como parte do ataque à Educação pública, está em tramitação no Congresso Nacional o novo PNE (2011-2020), apresentado pelo ministro Haddad no final do ano passado para entrar em vigência a partir de 2011. O PNE possui 20 metas que representam os interesses econômicos das burguesias nacional e internacional, como se constata tanto pelo seu conteúdo como pelo

modo que foi formulado e aprovado.

Seguindo as diretrizes internacionais do capital, o novo PNE é uma macro-política de Estado neoliberal clara. Ainda que os governos petistas e seus defensores (CUT e UNE) insistam nas supostas diferenças entre o "neoliberal" FHC e a nova era "popular democrática", é visível que as políticas educacionais e as tendências gerais na era petista (Lula e

Dilma) dão continuidade e aprofundamento à era FHC (aumento do setor privado empresarial no ensino superior, novas formas de financiamento e gestão que desmontam a coisa e o interesse público, a mesma parcela porcentagem do PIB para a educação etc.). O próprio PNE foi, após a "redemocratização", uma forma de política educacional aplicada pela primeira vez no governo FHC.

As ilusões governistas na CONAE e a atual luta dos trabalhadores da Educação

Mesmo assim, diversos movimentos de trabalhadores depositaram todas as suas esperanças na CONAE - Conferência Nacional da Educação, buscando construir um PNE diferente do que foi no governo FHC e votando pelos 10% do PIB para Educação. No entanto, o governo apresentou ao Congresso a

proposta da CONAE de 7% do PIB, dentre outras modificações. E tudo continua como está. Quantas armadilhas a mais os trabalhadores terão que experimentar para entenderem que esses fóruns tripartites não são espaços em disputa - pelo contrário, são espaços de cooptação do governo desgastando e iludindo os traba-

lhadores.

Os trabalhadores responderam a esses ataques do Governo Federal. Os servidores das universidades públicas federais (FASUBRA) paralisaram nacionalmente sua categoria no começo de junho, e mesmo a direção governista da FASUBRA tendo vencido o indicativo de suspen-

